

## ATA da 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO ANO DE 2018

Aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito reuniram-se na sala de reuniões do Instituto Canoinhense de Previdência –ICPREV, membros do conselho de administração, convocados pelo diretor financeiro administrativo SR. Luis Gustavo Vieira de Britto para apresentação da notificação recebida pelo ministério de previdência referente a política de investimento do ano de 2017 e autorização pra a realização da retificação da Política de Investimentos de 2017.

Dando inicio o Sr. Luis Gustavo apresentou a notificação recebida e a política de investimento do ano de 2017, demonstrando que não havia sido preenchida a coluna "estratégia de alocação", item cobrado a partir do mês de dezembro de 2017, sendo este o motivo de desenquadramento que o instituto foi notificado. Após a apresentação, justificativa e preenchimento da coluna faltante os membros do Conselho de Administração aprovaram a retificação.

Em seguida o conselheiro sr. Jose Carlos Herbst, levantou algumas questões que o mesmo achava necessário discutir: inicialmente questionou a disponibilidade dos diretores executivo e financeiro administrativo, não estarem exclusivamente para o instituto; os quais em sua visão deveriam. Discutiu-se entre os demais conselheiros a real necessidade de os mesmos estarem presente, concluindo-se que neste momento não há esta necessidade devido o pequeno fluxo de serviço.

Dando continuidade falou também de se retirar a contribuição patronal dos aposentados, alegando que futuramente a prefeitura não conseguirá arcar com o referido pagamento. Nesta questão houve alguns posicionamentos haja vista que as vagas ocupadas por funcionários aposentados não foram preenchidas com outros funcionários efetivos, ficando assim um grande déficit para o instituto e com a retirada desta contribuição se tornaria maior. Novamente os conselheiros pediram para que fosse encaminhado ofício ou que ocorresse uma manifestação para a realização de concurso principalmente na secretaria da Educação para a contratação de profissionais efetivos.

O conselheiro José Carlos explanou também que em sua visão o instituto deveria ficar com a responsabilidade de organizar e encaminhar as perícias médicas dos funcionários efetivos, segundo ele devendo a prefeitura repassar o valor gasto com os pagamentos dos médicos. Os conselheiros se manifestaram haja vista que nosso instituto e de previdência e não assistência medica, não podendo arcar com um serviço que não o compete.

Foi levantada também a questão dos precatórios que vários funcionários estão ganhando na justiça e se a prefeitura está informando que deve haver os recolhimentos para o instituto. O sr. Carlos se manifestou dizendo que não tem conhecimento disso haja vista que é contador geral e que tem acesso as informações, porém salientou que verbalmente já foi comunicado ao setor jurídico para buscar mais informações. Ficou decidido que seria encaminhado ofício para o setor jurídico solicitando aos mesmos que em seus pareceres informassem o poder judiciário que a prefeitura do Município de Canoinhas, possui um instituto de previdência próprio e que a contribuição previdenciária sobre os precatórios pertinentes, deverá ser repassada a ele.

O conselheiro Carlos também levantou a questão da diminuição da taxa administrativa que atualmente é de 2 (dois)%. O posicionamento dos conselheiros é que se aguarde o resultado do cálculo atuarial 2018 para analisarmos o cenário financeiro.

Nada mais havendo a tratar lavro a presente ata assinada por mim e demais participantes.

